

termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo. - Caberá à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em valor individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalva deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **Da Diretoria - Artigo 7º** - A Diretoria será composta de 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelos acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo, sendo Diretor Geral, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo. **Parágrafo Primeiro.** - O prazo de gestão de cada Diretor será de 3 (três) anos, prorrogáveis por igual período, no período que ocorrer a cada eleição. Os Diretores não poderão ser eleitos em assembleia. **Parágrafo Segundo.** - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse da nova Diretoria. **Parágrafo Terceiro.** - Ocorrendo vaga no cargo de Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para nova eleição. **Parágrafo Quarto.** - Em caso ausência ou impedimento temporário, os Diretores substituir-se-ão, reciprocamente, por designação dos acionistas. **Artigo 8º** - Compete ao Diretor Presidente a representação ativa e passiva da Companhia e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto social. **Artigo 9º** - Compete exclusivamente ao Diretor Presidente: I - Submeter à aprovação da Assembleia Geral os planos de trabalho e o balanço anualmente elaborado pelo Diretor Geral; II - Representar a Companhia perante a Justiça, promovendo a sua execução nos termos aprovados; III - Coordenar e supervisionar a atividade da Diretoria, convocando e presidindo de suas reuniões; III - Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como, estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral; IV - Coordenar as atividades das áreas financeiras, tesouraria, controladoria, sistemas de informática e jurídica da sociedade; V - Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; **Artigo 10º** - Compete especificamente aos Diretores: I - Substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos; II - Apoiar o Diretor Presidente no relacionamento com órgãos governamentais; III - Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. **Artigo 11º** - Toda tomada de recurso, alienação, cessão de uso ou operação de bens da Companhia, sob qualquer forma, devidamente autorizada pelo Diretor Presidente, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, bem como os demais Diretores. **Parágrafo Único.** Os Diretores poderão representar a Companhia isoladamente em todas as demais operações, sempre visando o bom andamento das suas atividades, tais como, movimentação bancária, aditivo contratual (operações diárias) e quaisquer repartições públicas que sejam Federais, Estadual ou Municipal e qualquer órgão de proteção de crédito e classes que as representa. **Do Conselho Fiscal - Artigo 12º** - A sociedade terá um Conselho Fiscal de faturamento facultativo e não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho o Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei 6.404/1976. **Das Assembleias Gerais - Artigo 13º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, no mínimo de quatro (4) vezes por ano, para o seguinte: exercício social da Companhia, fim de cada exercício social, assim previstos: I - Para o extraordinário, a Assembleia Geral poderá ser convocada para discutir assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando as disposições do Estatuto Social ou da legislação vigente exigirem deliberações dos Acionistas, devendo ser convocada: a) por iniciativa do Diretor Presidente, ou pelos Acionistas nos casos previstos em Lei. **Parágrafo Primeiro.** - Todas as convocações deverão iniciar a ordem do dia, explicando, ainda, no caso de reforma estatutária, a matéria objeto. **Parágrafo Segundo.** - A representação da Acionista na Assembleia Geral se dará nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que o respectivo instrumento de procuração tenha sido entregue na sede social da Companhia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário para a qual estiver convocada a Assembleia. Se o instrumento de representação não for apresentado, o Acionista não poderá comparecer e votar. **Parágrafo Terceiro.** - A Assembleia Geral poderá decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as decisões que julgar conveniente a sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 14º** - E necessária a aprovação de acionistas que representem no mínimo metade do capital social com direito à voto para: a) As matérias listadas no artigo 136 da Lei 6.404/76; b) Alterações deste Estatuto Social; c) Emissão de bônus de subscrição, a adoção de regime de capital autorizado e de aprovação de planos de opção de compra de ações; d) Emissão de debêntures conversíveis ou não em ações; e) Distribuição de dividendos, em cada exercício, em valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma de lei; f) Atribuição a terceiros (inclusive administradores e empregados) de participação nos lucros da Companhia; g) Aumento de capital. **Artigo 15º** - O Acionista poderá votar em assembleia. **Parágrafo Primeiro.** - O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, as quais serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos. **Parágrafo Primeiro.** - A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma: I - 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observando que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; II - 25% (vinte e cinco por cento) de pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e III - pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** - O saldo remanescente depois de atendidas as exigências legais para a destinação dos lucros, será destinado: I - À Assembleia Geral para decidir sobre o exercício social, como dividendo mínimo obrigatório da Companhia, o montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação em vigor. **Parágrafo Único.** - O montante a ser distribuído será aquele já diminuído pela importância destinada à constituição da reserva legal e da importância destinada à formação da reserva para contingências, acrescido do montante eventualmente revertido da reserva para contingência formada em exercícios anteriores. **Artigo 17º** - A Companhia poderá pagar juros sobre o capital social próprio, imputando-os como dividendo mínimo obrigatório. A qualquer tempo durante o exercício social, a Diretoria poderá declarar e pagar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes em qualquer época do exercício social, desde que empregados nas condições e casos devidamente registrados na sede da Companhia, que empregados nas condições e casos de alienação de ações de sua emissão, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição de ações de as emissões, discipline o direito de preferência na respectiva aquisição ou regulem o exercício direito de voto dos acionistas, serão respeitados pela Companhia e pela administração. **Parágrafo Único.** - Os diretores, as obrigações e as responsabilidades resultantes de tais acordos de acionistas serão válidas e onerosas a terceiros tão logo tenham os mesmos sido devidamente averbados nos livros de registro de ações da Companhia ou nos registros mantidos pela instituição depositária das ações e consignados nos certificados de ações, se emitidos, ou nas contas de depósito mantidas em nome dos acionistas junto à instituição depositária das ações. Os administradores da Companhia zelarão pela administração, conforme o caso, não deverá computar o(s) voto(s) proferido(s) por acionista em contrariedade com os termos de tais acordos. **Da Liquidação - Artigo 19º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou deliberação da Assembleia Geral, caso em que competirá à Assembleia Geral nomear o liquidante, bem como ficar a remuneração do mesmo. No período de liquidação da Companhia, a Administração continuará em funcionamento. **Artigo 20º** - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja, como único competente a conhecer e julgar qualquer questão ou causa que, direta ou indiretamente, derivem da celebração deste Estatuto Social ou da aplicação de seus preceitos. O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2019, com a presença dos seguintes membros: **Presidente da Assembleia - Sr. Ronaldo de Araújo Zago - Presidente da Assembleia de Constituição - Diretor Presidente - Acionista Subscritor; Sebastião Prates Zago - Presidente Zago - Secretária da Mesa - Diretora Geral - Acionista subscritora; Luiz Henrique Prates Zago - Diretor financeiro - Acionista Subscritor; Renata Bicca Orlandi Vizioli - Advogada; OAB: 236-940. Juçesp sob o NUIRE nº 3530064434-4 em 13/08/2024. Maria Cristina Freire - Secretária Geral.**

Data/Hora/Local: Aos 20 (vinte) de Setembro de 2023, às 10h00min, no Município de Osasco, no Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paulo Ferraz da C. Aguiar, 1418, apartamento 291, 2º andar, Pavimento SKY Tower – Vila Yara – CEP: 06026090, reuniram-se em primeira convocação os subscritores da totalidade das ações emitidas por MHK Administração e Participações S/A. Mesa: Por indicação dos presentes, foi escolhido o Sr. **Mary Hira Kido** para presidir os trabalhos, que convidou o Sr. **Renato Toshimitsu Kido** para secretário-adjunto.

Ordem do Dia: (i) Constituição da Sociedade; (ii) Aprovação do Estatuto Social da Sociedade; (iii) Fixação do capital social da Sociedade; (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **MHK Administração e Participações S/A** (conforme Anexo I), já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes. (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição (Anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, dividido em 200 (duzentas) ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas, da mesma classe e sem valor nominal, foi integralmente realizado pelos subscritores, conforme se verificou do comprovante de depósito bancário que se encontrava sobre a mesa. (iii) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, esclarecendo o Sr. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **MHK Administração e Participações S/A**. (iv) A seguir, por unanimidade dos presentes, foram eleitos para ocuparem os cargos de Diretores da Sociedade, Sr. **Mary Hira Kido**, brasileira, empresária, casada no regime de comunhão parcial de bens, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, nascida aos 02 de fevereiro de 1.978, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.332.344 SSP/SP, inscrita no CPF (MF) sob nº 292.397.038-10, residente e domiciliado no Município de Osasco, no Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paulo Ferraz da C. Aguiar, 1418, apartamento 291, 2º andar, Pavimento SKY Tower – Vila Yara – CEP: 06026090, na condição de Presidente; e Sr. **Renato Toshimitsu Kido**, brasileiro, empresário, casado no regime de comunhão parcial de bens, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, nascido aos 29 de abril de 1.978, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.033.106 SSP/SP, inscrito no CPF (MF) sob nº 258.267.388-98, residente e domiciliado no Município de Osasco, no Estado de São Paulo, Rua Doutor Paulo Ferraz da C. Aguiar, 1418, apartamento 291, 2º andar, Pavimento SKY Tower – Vila Yara – CEP: 06026090, na condição de Diretor sem designação específica; ambos com mandato de 3 (três) anos, iniciando-se na presente data e com término em 19/09/2026, podendo ser reeleitos, nos termos do Estatuto Social da Sociedade. Ficou estabelecido que o valor dos honorários dos Diretores eleitos será fixados em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede da Sociedade.

Declarações: Os Diretores eleitos declaram, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º, da Lei nº 6.404/76, que não estão incurso em nenhum crime que os impeça de exercer atividade mercantil. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Certidão da ata arquivada na sede social da Sociedade. Osasco/São Paulo, 20 de Setembro de 2023. **Mary Hira Kido – Presidente; Renato Toshimitsu Kido – Secretário. Mary Hira Kido – Presidente; Renato Toshimitsu Kido – Secretário. Subscritores: Mary Hira Kido e Renato Toshimitsu Kido.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.633.989 em 12/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

